

Sarney, especialista em 'engolir sapos'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os constrangimentos, as suspeitas e os entressabores que marcaram a recente saída de Aníbal Teixeira do Ministério acentuam ainda mais uma trônicia e estranha contradição que marca o governo de José Sarney. Possivelmente desde Juscelino Kubitschek, mas ganhando dele neste particular, nunca houve um presidente tão dedicado à tolerância, à conciliação e, não há outra palavra, à arte de engolir sapos. Essa será uma de suas marcas que a crônica futura registrará, e que seus adversários, sem dó, chamam de hesitação.

É de caso pensado que Sarney age assim, como ainda este fim de semana referiu a pessoa de sua intimidade. Pois bem, apesar de tudo, não há registro em toda a República de alguém que tenha assistido a tantos ex-ministros tornarem-se seus adversários ferrenhos, até seus desafetos. Com um agravante: a nenhum Sarney mandou embora. Preferia, diante de todos, criar condições para que se sentissem desconfortáveis. Fritando-os em fogo lento, como diz a voz do povo.

Tome-se Francisco Dornelles, da Fazenda, o primeiro a sair. Ou a ser saído. Apesar de ministro, de não passar recibo e de acautelar-se sempre que chamado a dar opiniões, o atual deputado pelo PFL do Rio de Janeiro é crítico feroz do presidente. Não perdeu oportunidade de votar pelos quatro anos de mandato, na Comissão de Sistematização, e o mínimo que faz é verdadear os rumos tomados pela política econômica depois de sua exoneração. Singular é assistir ao mesmo acontecendo com Wilson Faria, seu sucessor na Fazenda e responsável por volutas de 180 graus naquela política. E com Bresser Fereira, o terceiro czar da economia, coisa igual. Os três querem ver o diabo mas não querem ver Sarney, a quem, aberta ou veladamente, responsabilizam pelo aumento da crise.

Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça, não perde oportunidade de acutilar o presidente. Já brigava com ele enquanto ministro, mas, hoje, o mínimo que pede é eleição imediata. Outro dia saltou-se com mais uma preciosidade: Sarney, em seu entender, é a vanguarda do atraso.

Afonso Cômargo Netto, antes nos Transportes, virou inimigo. Nelson Ribeiro e Dante de Oliveira, da Reforma Agrária, estão perto. Roberto Gusmão, da Indústria e do Comércio, Roberto Santos, da Saúde, Joaquim Francisco, do Interior, Aluísio Pimenta, da Cultura, Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, Jorge Konder Bornhausen, da Educação, e até Marco Maciel, da Educação e do Gabinete Civil, encontram-se pelo menos em posições frontalmente opostas às de Sarney. Apesar de suas variadas origens políticas e partidárias, têm no presidente da República um denominador comum a uni-los não só na luta pelos quatro anos, mas num óbvio trabalho de erosão dos interesses e da política adotada por Sarney. Até mesmo Pedro Simon, ex-Agricultura, e Waldir Pires, ex-Previdência Social, governadores de seus estados, não conseguem afastar por completo o impulso de falar "preto" quando o presidente diz "branco". Precisam do governo federal, mas custam a se conter.

Aníbal Teixeira entra no time, e não vai demorar para que sua voz soe brescaia no coro anti-Sarney. Ex-ministros que permanecem calados são apenas Olavo Setúbal, ex-Relações Exteriores, por ter-se desiludido por completo com a política, João Sayad, por falta de objetivos políticos, Carlos Sant'Anna, que virou líder do governo, Denis Schwartz, ainda no muda, e Flávio Petzold, hoje diretor da Caixa Econômica Federal, sem contar os dois militares, antigos chefes do EMFA, naquelas funções por conta de processos castrenses, o almirante José Maria do Amaral e o general Campos Pinna.

Que estranhos desígnios condenam o presidente a enfrentar o que poderia parecer ingratitude de seus antigos auxiliares, mas não é, pelo volume e a unidade negativa do conjunto? Há que prospectar, não adiantando supor que muitos, escolhidos por Tancredo

Neves, tenham em dado momento se imaginado irremovíveis, em pé de igualdade com Sarney, por terem suas designações provindo do criador da Nova República. Quando Tancredo morreu, Sarney virou presidente de fato e de direito. Acresce que as mesmas idiosincrasias foram partilhadas de lá para cá por ex-ministros nomeados pelo presidente.

Cada um foi contrariado no âmbito de sua pasta, ora por auxiliares palacianos, ora por outros ministros. Todos sentiram-se sem espaço, em dados momentos, obrigados a reduzir planos e programas. Muitos enfrentaram crises partidárias, acutilados pelo PMDB ou pelo PFL, na razão inversa de suas filiações. Mas tudo isso também não constitui motivo para a geração alguma espontânea dessa frente anti-Sarney, porque crises políticas e contrariedades administrativas são o dia-a-dia dos governos.

A explicação está em outro lugar. Repousaria em escolhas infelizes, tanto de Tancredo quanto de Sarney, que teriam nomeado pessoas despreparadas para o exercício do poder? Também não. Se há no grupo figuras melhores, também se encontrará nele cidadãos de primeiro nível, dignos de integrar qualquer administração. Valeria inverter o jogo e imaginar que a resposta está no presidente da República, ele, então, sem condições de exercer o cargo? Seria injustiça, dado o seu passado político, sua imagem, sua experiência, o gesto de coragem que tomou renunciando à presidência do PDS e formando a dissidência democrática, e, até, sua capacidade administrativa, pois é unânime a opinião de ter sido o melhor governador jamais instalado no Palácio dos Leões, em São Luís do Maranhão, desde a criação do estado.

Então... Então sobra apenas uma hipótese capaz de decifrar o enigma que leva à rotina de ex-ministros. Se origens e pensamentos são disparates a formar contra o antigo chefe: a legitimidade. As falhas e o insucesso do atual governo não estão no homem, mas nos mecanismos que o levaram a tornar-se presidente, responsáveis por fazê-lo prisioneiro de uma engrenagem que não ouça romper, precisamente por falta de opção, isto é, de legitimidade. Foi essa instabilidade que, Sarney, mesmo sem querer, transmitiu e transmite aos seus ministros, daí, o grande número daqueles que, deixando de ser ministros, partem para a saída fácil de rejeitá-lo e criticá-lo. Guardadas as proporções, seria o mesmo com Tancredo Neves.

Um presidente eleito pelo voto popular transmitiria a seus ministros o inequívoco respaldo das urnas, e eles saberiam, no exercício de suas funções ou no momento de serem dispensados, pelos mais variados motivos, que a legitimidade do inquilino do Palácio do Planalto falaria mais alto do que tudo. Pensariam duas vezes antes de desligar-se dele, mesmo tornando-se ex-ministros.

Podem-se argumentar que com os generais-presidentes, muito mais ilegítimos, não foi assim, mas, no caso, a resposta é simples: no tempo de seu viria a lei do cão, ou seja, a força passa e simples. Poucos se arriscaram a enfrentar a ira dos deuses sem legitimidade, mas, em compensação, de cabeça e borduna na mão.

Todo esse raciocínio se faz na hora em que a Assembleia Nacional Constituinte prepara a fase decisiva de seus trabalhos e vai decidir dois pontos fundamentais: o tempo de mandato do atual presidente e o sistema de governo. Um chefe de governo como seria um primeiro-ministro indicado por eventuais matérias parlamentares careceria de legitimidade tanto ou mais do que Sarney. E Sarney, permanecendo cinco anos, e não quatro, enfrentará por mais 12 meses amargos e convulsionados a mesma sina de sempre, a de ver ministros transformados em desafetos assim que deixam de ser ministros. Será por aí que talvez viçgue uma nova tese proposta no plenário constituinte: quatro anos para Sarney, quatro anos para os seus sucessores, com direito a uma reeleição, valendo desde já. A solução, nessa hipótese, poderia beneficiar o próprio presidente, se a tanto se animasse.

CES 73

26-01-88

ANCL